

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃO

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

PARECER PRÉVIO Nº 12/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1600/2005 – 5 Volumes.

Apenso: Processo nº 3045/2007.

2- Assunto: Prestação de Contas Anuais.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Nhamundá.

4- Exercício: 2004.

5- Responsável: Sr. Paulo Castro de Albuquerque, Prefeito Municipal, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Informação nº 584/2013 e DICOP – Informação nº 855/2014.

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3327/2014-MP-CASA, do Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.

8- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

Ementa: Prestação de Contas Anuais.
Prefeitura Municipal de Nhamundá. Exercício
de 2004.

*Emissão de Parecer Prévio recomendando a
desaprovação das Contas.*

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º, e 2º, da Constituição Federal, c/c o art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM e artigo 3º (I, II ou III) da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO, recomendando ao Poder Legislativo Municipal de Nhamundá a **DESAPROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS** da Prefeitura Municipal de Nhamundá, exercício de 2004, sob a responsabilidade do Sr. **Paulo Castro de Albuquerque**, Prefeito e Ordenador de Despesas, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais (irregularidades “3”, “4”, “5”, “6”, “a” e “11” e irregularidades “2.1”, “2.2”, “2.3” e “2.5” encontradas na Denúncia, Processo 3045/2007 anexo);

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃO

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

PARECER PRÉVIO Nº 12/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

10- Ata: 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 23 de março de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

12.1- Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA
Procurador-Geral, em substituição



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 12/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 12/2016 -TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE nº 1600/2005 – 5 Volumes.

Assunto: Processo nº 3045/2007.

2- Assunto: Prestação de Contas Anuais.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Nhamundá.

4- Exercício: 2004.

5- Responsável: Sr. Paulo Castro de Albuquerque, Prefeito Municipal, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Informação nº 584/2013 e DICOP – Informação nº 855/2014.

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3327/2014-MP-CASA, do Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.

8- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

Ementa: Prestação de Contas Anuais. Prefeitura Municipal de Nhamundá. Exercício de 2004.

Contas Irregulares. Multas. Prazo. Envio de autos à DICREX. Determinação à origem.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas no art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Exmo. Sr. Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no sentido de:

9.1- Julgar Irregular a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Nhamundá, exercício de 2004, sob a responsabilidade do Sr. **Paulo Castro de Albuquerque**, Prefeito e Ordenador de Despesas, nos termos do inciso I do art. 1º, da alínea b do inciso III do art. 22 e do parágrafo único do art. 25, todos da Lei nº 2.423/96, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais (irregularidades “3”, “4”, “5”, “6”, “a” e “11” e irregularidades “2.1”, “2.2”, “2.3” e “2.5” encontradas na Denúncia, anexa);

9.2- Aplicar multa ao Sr. **Paulo Castro de Albuquerque**, Prefeito e Ordenador de Despesas de Nhamundá, exercício de 2004, no valor de **R\$ 5.000,00** (cinco mil reais), nos termos do inciso VI do art. 308 da Resolução 4/2002 (RITCE/AM), com base no valor disciplinado pela resolução aplicável à época, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais (irregularidades “3”, “4”, “5”, “6”, “a” e “11” e irregularidades “2.1”, “2.2”, “2.3” e “2.5” encontradas na Denúncia, Processo 3045/2007 anexo);



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 12/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 12/2016 -TCE – Tribunal Pleno)

9.3- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres da Fazenda Estadual do valor da multa imposta, com comprovação perante este Tribunal do valor recolhido, tudo em conformidade com a alínea “a” do inciso III do art. 72 da Lei 2.423/96, c/c o §4º do art. 174 da Resolução 4/2002 (RI-TCE/AM), corrigido monetariamente, caso o recolhimento ocorra fora do prazo determinado (art. 55 da Lei 2.423/96);

9.4- Remeter os autos à DICREX para que efetue os procedimentos previstos no art. 3º da Resolução 3/2011-TCE, observado o disposto no art. 5º da mesma Resolução;

9.5- Determinar à Origem, nos termos do §2º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM, que:

- Não atrase o envio das informações ao sistema ACP, bem como o seu adequado preenchimento, nos termos da Resolução 07/02-TCE, c/c Resolução 10/2012-TCE/AM;
- Encaminhe no prazo estipulado os Relatórios de Gestão Fiscal e os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária, nos termos da alínea “h” do inciso II do art. 32 da Lei 2423/96 e do §1º da Resolução 11/2009 c/c §3º do art. 165 da CF/88;
- Dê publicidade aos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) e Resumidos da Execução Orçamentária (RREO), dentro dos prazos estipulados pelo art. 52, c/c o §2º do art. 55, sob pena de multa por prática de infração administrativa (art. 5º da Lei 10.028/2000), quanto aos RGF;
- Nas licitações e contratos observe todas as regras estipuladas pela Lei 8.666/93, tais como as relacionadas ao: orçamento analítico (art. 6º, IX, “f” c/c art. 7º, § 2º, II da lei 8666/93), projetos arquitetônicos (art. 6º, IX, “e” c/c art. 40, § 2º, I da lei 8666/93), diário de obra ou documento equivalente (art. 67, § 1º da Lei 8666/93), laudo de vistoria (art. 67, § 1º da Lei 8666/93), projeto básico aprovado pela autoridade competente (art. 6º, IX c/c art. 7º, § 2º, I, II, III, IV da Lei 8666/93), entre outras;
- Disponibilize os documentos relacionados ao FUNDEB, nos termos da Lei 11.494/2007, à Comissão de Inspeção, tais como: ato de criação do conselho municipal; parecer do conselho municipal; atas de reunião do conselho municipal;
- Apresente à comissão de inspeção todos os contratos formalizados e demais comprovantes de despesas, sob pena de todas as despesas serem glosadas por este TCE;
- Observe, por último, que a reincidência do agente responsável no cumprimento das determinações ora veiculadas acarretará o julgamento das suas respectivas Contas irregulares, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 12/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 12/2016 -TCE – Tribunal Pleno)

10- Ata: 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 23 de março de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

12.1- Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA
Procurador-Geral, em substituição